

PROJETO DE LEI Nº DE 2013
(Do Sr. Dimas Fabiano)

Institui e estabelece a criação da campanha anti-bullying nas escolas públicas e privadas de todo país, com validade em todo Território Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Artigo 1º - A campanha anti-bullying deverá ser estabelecida no período de uma semana durante o ano letivo no primeiro bimestre escolar em todas as instituições de ensino fundamental e médio de todos os estados brasileiros.

Artigo 2º - A campanha tem por objetivo prevenir e combater a prática de bullying nas escolas; esclarecer aspectos legais e éticos que envolvem o bullying; desenvolver através das atividades educacionais e informativas a conscientização de suas causas e consequências.

Artigo 3º - Compreende-se bullying como sendo o comportamento violento agressivo quer seja físico ou psicológico, com intenções repetitivas sem motivação aparente praticada por pessoa ou indivíduo contra uma ou mais pessoas com a finalidade de agredir, intimidar ou oprimir, causando danos físicos ou psicológicos temporários ou permanentes.

Parágrafo único: A agressão física ou psicológica pode ser caracterizada em atos de intimidação, humilhação e discriminação, entre os quais:

- 1- insultos pessoais
- 2- comentários pejorativos
- 3- ataques físicos
- 4- grafiteiros depreciativa
- 5- expressões ameaçadoras e preconceituosas
- 6- isolamento social
- 7- ameaças
- 8- pilhérias

Artigo 4º - Conforme as ações praticadas três são os tipos de bullying:

- I- sexual: assediar, induzir e/ou abusar
- II- exclusão social: ignorar, isolar e excluir
- III- psicológica: perseguir amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, infernizar, tyrannizar, chantagear e manipular.

Artigo 5º - A implementação do programa deverá ter a direção do docente da Instituição Educacional com participação de alunos, pais e voluntários na promoção das atividades durante a campanha.

Parágrafo único: Para a consecução das atividades caberá a organização utilizar todos os meios de comunicação e informação para alcançar o objetivo da campanha.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem seu nascedouro no leito dos ideais do Parlamento Jovem da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e de autoria do nobre Deputado Estadual Rodrigo Moraes. Tendo em vista a importância do tema ora tratado, nada mais pertinente do que acolher brilhante Projeto de Lei e estender a sua contribuição, através de uma Lei Federal para todos os estados do nosso país.

Bully é o termo utilizada para designar pessoal cruel, intimidadora, muitas vezes agressiva, principalmente em relação a indivíduos mais fracos ou menores. **Bullying** é a ação praticada por bullies (plural). Normalmente este termo é empregado no contexto escolar para designar alunos que intimidam ou praticam, repetidamente, violência moral ou física contra colegas mais novos ou mais fracos.

O grande risco no âmbito escolar é que embora seja conduta com graves consequências para as vítimas, o bullying, raramente é punido como crime afinal a violência entre as crianças e jovens em idade escolas, é muitas vezes aceita pela sociedade como parte do processo natural de “amadurecimento”. Por exemplo, um caso que seria considerado “*crime de lesão corporal*” se praticado por adultos recebe o nome de *briga*, quando ocorre entre alunos de uma escola sem maiores consequências.

Pesquisas realizadas na Grã-Bretanha apontam que 37%, dos alunos de primeiro grau e 10% do segundo grau admitem ter sido vítima de bullying, pelo menos, uma vez por semana. Pesquisa realizada no Brasil pela ABRAPIA –Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência- em 2002 com mais de 5.000 alunos da 5ª à 8ª série em 11 escolas na cidade do Rio de Janeiro revelou que 40,5% desses alunos admitiram ter estado envolvidos diretamente em ato de bullying, naquele ano, sendo 16,9 % alvos, 10,9 % alvos e autores 12,7 % autores de bullying.

Nos Estados Unidos mais recentemente passaram a aprovar legislação anti-bullying devido à pressão exercida por parentes de vítimas. O Estado da Flórida aprovou na *House of Representatives*, em abril de 2008, a *Jeffrey Johnston Standt Up for All Students Act*. O nome da lei homenageia Jeffrey Johnston, que faleceu em 2005 por bullycide. e aguarda a votação no Florida Senate. Não há em nosso ordenamento jurídico hoje, lei que especifique o Bullying, todavia é possível punir algumas das condutas valendo-se dos tipos penais existentes tais como ameaça, lesão corporal, assédio sexual, injúria, furto, etc..., sem deixar de observar que , em regra, as condutas abrangidas pelo bullying envolvem menores de idade, sujeitas a Lei 8.690/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

A aprovação do presente projeto tem por escopo conscientizar as consequências e os danos provocados pelo bullying que podem ter consequências inimagináveis na formação do caráter e personalidade da vítima afinal a conscientização é um passo formidável na contribuição do combate ao bullying. Punir sem conscientizar é contribuir para aumentar a população carcerária e causar revolta no outro pólo social.

Diante do exposto e da relevância da matéria, conto com a apreciação e deliberação dos nobres colegas parlamentares pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 2013.

Dimas Fabiano
Deputado Federal PP/MG